

11. MISSÃO
12. VISÃO DE FUTURO
13. ZONEAMENTO
14. REGRAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS
15. ESTRATÉGIA GERAL DE GESTÃO
16. PROGRAMAS DE GESTÃO
17. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- ANEXOS

II - DETERMINAR o prazo máximo de 05 anos para a sua revisão;
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CERTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS. Em Manaus, 22 de setembro de 2010.

Nádia Cristina d'Ávila Ferreira
 Secretária de Estado do Meio Ambiente e
 Desenvolvimento Sustentável - SDS

13544

PORTARIA/SDS/GS Nº 212/2010

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.783 de 31 de janeiro de 2003 que instituiu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, cuja reestruturação organizacional foi feita pela Lei Delegada nº 66 de 09 de maio de 2007, reeditada no dia 18 de maio de 2007; CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamentou a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; CONSIDERANDO as disposições do parágrafo único do art. do art. 40 da Lei Estadual complementar nº. 053/2007 de 05 de junho de 2007 que regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC; CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 25.041 de 1º de junho de 2005, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Amapá, com área de aproximadamente 216.108,73 hectares, localizada no município de Manicoré. CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 5.758 de 13 de abril de 2006 que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; CONSIDERANDO a Portaria/SDS nº 069/2007 que aprova o Roteiro Metodológico para a Elaboração de Plano de Gestão para as Unidades de Conservação do Estado do Amazonas; CONSIDERANDO, por fim, o que consta do Processo Administrativo nº 1589/2010-SDS. RESOLVE: I - APROVAR O PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO AMAPÁ, localizada no município de Manicoré - AM; Espécie: Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Amapá; Objetivo: preservar a natureza e ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e a técnica de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. Missão: Proteger as áreas das campinas e campinaranas do rio Amapá, e seus endemismos, conservando os diferentes ecossistemas e protegendo as espécies ameaçadas de extinção, conciliando o conhecimento e saber tradicional com a adoção de práticas de manejo sustentável como forma de assegurar a biodiversidade local e o modo de vida das populações beneficiárias da RDS do Rio Amapá. Vigência: 05 (cinco) anos; Estrutura: O Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Amapá é dividido em dois volumes, cujas informações estão dispostas na seguinte estrutura:

VOLUME I

1. INTRODUÇÃO
2. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO
3. CONTEXTO ATUAL DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
4. INFORMAÇÕES GERAIS
5. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES ABIÓTICOS
6. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES BIÓTICOS
7. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DA ZONA DE AMORTECIMENTO
8. ANÁLISE INSTITUCIONAIS
9. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA
10. DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VOLUME II

12. MISSÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO AMAPÁ
13. VISÃO DE FUTURO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO AMAPÁ
14. ZONEAMENTO DA UNIDADE
15. REGRAS DE USO
16. ESTRATÉGIA GERAL DE GESTÃO
17. PROGRAMAS DE GESTÃO
18. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

II - DETERMINAR o prazo máximo de 05 anos para a sua revisão; **III - ESTA** Portaria entra em vigor na data de sua publicação. **CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.** Gabinete SDS, em Manaus, 13 de setembro de 2010.

Nádia Cristina d'Ávila Ferreira
 Secretária de Estado - SDS

13543

PORTARIA/SDS/GS Nº 204, de 10 de setembro de 2010.

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000, o artigo 32 do Decreto Federal nº 4.340/2002 e o Decreto Federal nº

6.848/2009; **CONSIDERANDO** a Portaria/SDS/GS nº 014/2010, de 28 de janeiro de 2010, que criou a Câmara de Compensação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

RESOLVE: Art. 1º - APROVAR o Regimento Interno da Câmara de Compensação Ambiental da SDS - CECA/SDS, previsto no art. 7º da Portaria/SDS/GS nº 014/2010, de 28 de janeiro de 2010. **Art. 2º - Esta** Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Manaus, 10 de setembro de 2010.

Nádia Cristina d'Ávila Ferreira
 Secretária de Estado - SDS

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA

CAPÍTULO I - DA CATEGORIA E FINALIDADES

Art. 1º - A Câmara de Compensação Ambiental (CECA), órgão de caráter deliberativo, criada por meio da Portaria/SDS/GS nº 014/2010, de 28 de janeiro de 2010, vinculada a Secretaria Executiva Adjunta de Compensações Ambientais (SEACA) da (SDS), têm como finalidade:

- I - Estabelecer prioridades e diretrizes para a aplicação de Compensação Ambiental (CA) no Estado do Amazonas;
- II - Orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades e prioridades referentes à CA;
- III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à CA;
- IV - Avaliar e auditar a metodologia de cálculo da CA;
- V - Orientar e implementar mecanismos de articulação com intervenientes e parceiros externos, visando avaliar e desenvolver, com efetividade, a CA no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) de que tratam, respectivamente, a Lei Federal nº 9.985/2000 e a Lei Complementar nº 53/2007.

Art. 2º - No cumprimento de suas finalidades e ressalvadas as competências dos demais órgãos que integram o SNUC e SEUC, compete à Câmara de Compensação Ambiental desenvolver, as seguintes ações:

- I - analisar e propor a aplicação dos recursos financeiros e procedimentos administrativos para execução da CA;
- II - propor medidas administrativas e normativas, relacionadas à CA, à SDS e/ou ao IPAAM;
- III - examinar e decidir sobre expedientes que versem sobre a CA, em geral;
- IV - definir a aplicação e a destinação dos recursos provenientes da CA de empreendimentos de significativo impacto ambiental, de acordo com os estudos ambientais;
- V - definir as Unidades de Conservação (UC) a serem contempladas pelos recursos financeiros advindos da CA;
- VI - avaliar e emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos financeiros;
- VII - emitir anualmente relatório circunstanciado sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundo da CA nas diversas UC do Estado;
- VIII - Acompanhar a execução dos convênios referentes à CA.

Art. 3º - Para efeito deste Regimento, entende-se por:

a) Plano de Trabalho: instrumento que indicará as ações e o cronograma de aplicação dos recursos de compensação ambiental.

Parágrafo único - O Plano de Trabalho demonstrará à CECA a forma de desembolso dos recursos financeiros.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 4º - A Câmara Estadual de Compensação Ambiental terá como estrutura:

- I - Colegiado;
- II - Coordenação;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Grupos de Trabalho.

Art. 5º - A Câmara Estadual de Compensação Ambiental é composta por 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) membros suplentes, integrada por representantes dos seguintes órgãos e instituições integrantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de suas vinculadas, designados pela Secretária de Estado:

- I - um representante da SEACA/SDS;
- II - um representante do Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC);
- III - um representante da Diretoria Jurídica do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM);
- IV - um representante da Diretoria Técnica do IPAAM;
- V - um representante da Gerência de Projetos Especiais do IPAAM; e
- VI - um representante da Gerência de Compensações Ambientais da SEACA/SDS.

Art. 6º - Os membros do colegiado serão, obrigatoriamente, indicados pelos representantes máximos dos órgãos de origem e nomeados pela SDS.

Art. 7º - Na ausência ou impedimento dos membros titulares do colegiado, serão estes representados, temporariamente, pelos seus suplentes regularmente designados pelos órgãos de origem e pela SDS.

Art. 8º - A Câmara de Compensação Ambiental será presidida pelo Secretário Executivo Adjunto de Compensações e Serviços Ambientais (SEACA/SDS), e substituída, em seus impedimentos legais, temporários ou eventuais, pelo Gerente de Compensação Ambiental da SEACA.

Art. 9º - A Secretaria Executiva é composta de um Secretário Executivo, aprovado e designado pela SDS.

Art. 10 - Compete aos membros do colegiado manifestar e deliberar, quando for o caso, sobre a compensação ambiental e, ainda:

- I - comparecer nas reuniões ordinárias e extraordinárias, quando convocados;
- II - manifestar sobre as matérias que lhes forem submetidas;
- III - solicitar informações, providências e esclarecimentos ao Presidente da CECA;
- IV - interpor pedido de revisão desde que tenha divergido na deliberação da CECA;
- V - aprovar relatório anual de atividades da CECA;
- VI - propor temas para serem debatidos nas reuniões do colegiado,

com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis ou mediante deliberação do colegiado; e

VII - propor cronograma das reuniões do colegiado do ano civil. **Parágrafo único - As** decisões do Colegiado deverão ser por maioria de seus membros e fundamentadas de forma oral ou escrita.

Art. 11 - São atribuições do Presidente:

- I - coordenar as atividades, exercendo a presidência das reuniões;
- II - encaminhar para deliberação matérias relacionadas às medidas compensatórias;
- III - representar a CECA junto aos órgãos e entidades do setor público e/ou privado, com anuência prévia da SDS;
- IV - conduzir as reuniões adotando as medidas necessárias para o bom andamento dos trabalhos;
- V - elaborar relatório anual das atividades da Câmara de Compensação Ambiental;
- VI - encaminhar de ofício, para reexame, decisão da Câmara de Compensação Ambiental que divergir do Plano de Trabalho para aplicação de medidas compensatórias; e
- VII - comunicar ao IPAAM da deliberação da CECA quanto a aprovação ou não do valor do Cálculo da CA.

Art. 12 - Compete à Secretaria Executiva:

- I - assessorar a Presidência da CECA nos assuntos de sua atribuição;
- II - organizar e manter o arquivo da documentação relativa às atividades da CECA;
- III - acompanhar e comunicar o cronograma das reuniões;
- IV - prover os trabalhos técnicos e administrativos necessários ao funcionamento da CECA; e
- V - comunicar aos membros da CECA das urgências apresentadas até o início das reuniões.

Art. 13 - Os Grupos de Trabalho serão criados por deliberação dos membros da Câmara de Compensação Ambiental, sempre que houver necessidade, com período de duração pré-definido, com a finalidade de promover esclarecimentos.

Art. 14 - Os Grupos de Trabalho deverão ser compostos, no mínimo, por 02 (dois) integrantes-membros da CECA, com relator e um coordenador escolhido pelo próprio grupo, havendo a possibilidade de participação de especialistas convidados.

§ 1º - As composições dos Grupos de Trabalho não poderão ultrapassar de 05 (cinco) integrantes.

§ 2º - Os Grupos de Trabalho terão competência para:

- I - promover estudos e pesquisas sobre matérias relevantes sobre as medidas compensatórias;
- II - apresentar conclusões sobre as proposições e demais matérias a eles atribuídos, em especial sobre aspectos técnicos da CA; e
- III - elaborar e apresentar proposições ligadas à suas áreas de atuação.

Art. 15 - A Câmara de Compensação Ambiental se reunirá sempre que for prevista e viabilizada a instalação de novos empreendimentos de significativo impacto ambiental, com a presença de no mínimo metade mais um dos membros do colegiado, e deliberará por voto da maioria simples, observados os seguintes procedimentos:

- I - comunicação;
- II - verificação de "quorum";
- III - abertura dos trabalhos com leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- IV - discussão e deliberação das matérias em pauta;
- V - informes gerais;
- VI - encerramento dos trabalhos.

§ 1º - Cabe ao Presidente ou, na sua ausência, ao seu substituto, o voto de desempate.

Art. 16 - As reuniões serão convocadas pelo Presidente, ou pela maioria dos membros da CECA, mediante comunicação escrita e formal feita a todos os seus membros, com a indicação do motivo, local, data e hora, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas).

Art. 17 - A contagem dos membros necessários à formação de "quorum" para deliberação far-se-á após as comunicações. Constatada a inexistência de "quorum" regimental, após quinze (15) minutos será procedida segunda chamada, sendo que após novos quinze (15) minutos será realizada terceira e definitiva chamada.

Art. 18 - Os membros da CECA deverão pré-agendar ou solicitar o agendamento de reuniões técnicas específicas.

Art. 19 - As matérias a serem incluídas em pauta serão apresentadas pelos membros do colegiado, na reunião imediatamente anterior à sua inclusão, como ordem do dia, podendo o Presidente incluir em pauta assuntos relevantes e urgentes.

Parágrafo único - Verificada a relevância e a urgência, não havendo assuntos previamente pendentes, poderão as matérias ser imediatamente deliberadas, com a comunicação na convocação da respectiva reunião, sempre que possível.

Art. 20 - A pauta será elaborada pelo Presidente da CECA, mediante indicação dos assuntos pelos membros e conforme a deliberação da reunião imediatamente anterior, sendo encaminhada a todos por via eletrônica e outros meios, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para as reuniões, e devendo conter, necessariamente:

- I - dia, hora e local da reunião; e
- II - ordem do dia, acompanhada da ata da última reunião.

Parágrafo único - Os membros serão considerados automaticamente convocados às reuniões da CECA aprovadas conforme cronograma prévio das reuniões.

Art. 21 - As matérias incluídas na ordem do dia serão relatadas pelo Presidente ou por um dos membros especialmente designado.

Art. 22 - Na última reunião do ano civil, a CECA aprovará relatório anual de suas atividades.

Art. 23 - As decisões relevantes da CECA, no âmbito dos processos administrativos, serão exaradas através de deliberações.

CAPÍTULO III - DO FLUXO DE INFORMAÇÕES

Art. 24 - As reuniões serão registradas em atas.

§ 1º - As minutas das atas e deliberações serão confeccionadas conforme determinação do Presidente ou por deliberação dos membros do colegiado, e enviadas por via eletrônica para apreciação e aprovação, e deverão ser, obrigatoriamente, incluídas na pauta da reunião seguinte.

§ 2º - As atas definitivas terão as folhas numeradas sequencialmente, serão rubricadas e assinadas pelos participantes da reunião e terão cópias distribuídas para os membros e encaminhadas ao IPAAM.

§ 3º - As atas serão arquivadas em pastas próprias, sendo mantidas em arquivos de processamento eletrônico de dados, com as cautelas de segurança disponíveis.

§ 4º - O fluxo de informações, como ofícios, comunicados, convocações, atas e demais documentos, serão encaminhados oficialmente.

Art. 25 - O pedido de vistas das matérias em pauta constitui-se ato privativo dos membros da CECA.

§ 1º - A matéria objeto de pedido de vistas deverá ser devolvida à CECA na reunião subsequente à que houve o requerimento.

§ 2º - Havendo interesse no pedido de vistas, o membro deverá manifestá-lo na primeira reunião em que for apresentada a matéria para deliberação.

§ 3º - Na hipótese de mais de um membro do colegiado requerer vistas da matéria em pauta, essas serão concedidas concomitantemente, mediante cópia integral do expediente.

Art. 26 - A CECA encaminhará anualmente a SDS o relatório detalhado sobre suas atividades e, especialmente, sobre a aplicação das medidas compensatórias.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 - Se a medida compensatória for de uma UC administrada por outro órgão, este poderá ser ouvido, sem direito a voto, na reunião para deliberação sobre a referida medida e sua respectiva aplicação.

Art. 28 - Nos casos em que houver pertinência, poderão ser convidados para participar da discussão dos pleitos regionais e locais, sem direito a voto, representantes dos membros do CEMAAM, do Ministério Público, e/ou quaisquer outros, desde que tenham envolvimento com o empreendimento, com o processo de licenciamento ambiental ou relacionamento com a unidade de conservação beneficiada pela medida.

Art. 29 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelos membros da CECA em sua composição, através da maioria absoluta, dentro de sua competência.

Art. 30 - Este Regimento entra em vigor na data da aprovação e publicação do ato, revogando-se as disposições em contrário.

13542

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEAS

RESENHA DA PORTARIA Nº335/2010/GSEAS

A Secretária de Estado da Assistência Social e Cidadania/SEAS, em exercício, autoriza o pagamento de Passagens a seguir:

Nome: **Ricardo Gouveia**

Cargo: Perito Legista 2ACL. PC. P.LEG -II

Órgão de Origem: Polícia Civil

Destino e Período: Manaus/Tefé/Manaus - 10 a 19/7/2010

Objetivo: Atuou no Barco Pai - Pronto Atendimento Itinerante.

Manaus, 24 de setembro de 2010.

Maria das Graças Soares Proia
Secretária de Estado da Assistência Social e Cidadania, em exercício

13564

PORTARIA/SEINF/GS/N.º 00536/2010

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

SUSTAR o período de férias regulamentar do servidor **ARTHUR GABRIEL GONÇALVES NETO**, exercício 2010, Portaria Nº. 00393/2010, a partir de 17/07/2010.

Manaus, 24 de setembro de 2010.

Eng.º ROBERTO HONDA DE SOUZA
Secretário Executivo

13561

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA

ASSUNTO: PORTARIA Nº. 040/2010

O DIRETOR PRESIDENTE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da lei n.º 3.422, de 07 de agosto de 2009 e no art.1º do Decreto n.º 29.524 de 30 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subitúlos e/ou as modalidades do gasto,

RESOLVE:

I- Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2010, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria.

II- Anexo I: com uma movimentação no valor de R\$2.461.878,03 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E SESENTA E UM MIL, OITOCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

III- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 e agosto de 2010.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA, em Manaus (AM), 26 de agosto de 2010.

TANCREDO CASTRO SOARES
Diretor Presidente

13553

ÓRGÃO: AMAZONPREV

DATA: 24/09/2010

PORTARIA Nº. 405/2010 - Processo nº. 2010.7.04422- CONCEBER ao beneficiário, Sr. ALFREDO BARBOSA MACIEL, na condição de cônjuge da ex-segurada inativa da SEDUC, Sra. CRISTINA SANTOS MACIEL, falecida em 21/05/2010, ocupante do cargo de Professor 7ª Classe Referência D, matrícula nº. 021307-1A, Pensão Previdenciária, a partir da data do requerimento, tendo em vista o Art. 2º, inciso II, alínea "a" e o Art. 33, Inciso II, da Lei Complementar nº. 30, de 27/12/2001, Texto Consolidado em 10/10/2008, atestado pela Gerência de Previdência, no valor de R\$ 1.061,65 (Mil e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

SILVESTRE DE CASTRO FILHO
Diretor-Presidente

13555

AGECOM-AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Resenha das Autorizações da Chefe da Agência de Comunicação Social, conforme Decreto nº 26.337, de 12 de Dezembro de 2006.

A Chefe da Agência de Comunicação Social considera autorizados os seguintes deslocamentos de servidores:

1. Nomes e Cargos: Alessandra Mourão Gomes, Gilmar de Andrade Miranda - Assessores; Alfredo Fernandes Torres - Técnico em Comunicação.

Destino e Período: Santa Isabel do Rio Negro/AM - 24/09/10.

Objetivo: Cobertura jornalística da inauguração do Hospital.

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, em Manaus, 24 de setembro de 2010.

LÚCIA CARLA DA GAMA RODRIGUES
Chefe da Agência de Comunicação Social

13527

Portaria n.º 026/2010-GDP/ARSAM, do Diretor - Presidente de que trata o art. 4º do Decreto n.º 26.337 de 12 de dezembro de 2006.

O Diretor-Presidente autoriza o deslocamento dos servidores abaixo:

I) Nome e Cargo: Carlos Alberto dos Santos Nunes, Chefe de Departamento AD-1 e Nissim Figueira Benoliel, Agente Administrativo 4ª Classe. II) Destino e Período: Cacaú Pirêra/AM, de 1º a 4/10/2010.

I) Nome e Cargo: Cláudio Cinquegrana Alvarez, Assessor II AD-2. II) Destino e Período: Rio Preto da Eva/AM, de 1º a 04/10/2010.

I) Nome e Cargo: Erick Edelman dos Santos, Técnico Nível Médio. II) Destino e Período: Carreiro da Várzea/AM, de 1º a 04/10/2010.

I) Nome e Cargo: Julio Cezar Prado, Assistente Técnico 3ª Classe. II) Destino e Período: Carreiro/AM, de 1º a 04/10/2010.

I) Nome e Cargo: Francisco de Assis Oliveira Marques, Fiscal Rodoviário. II) Destino e Período: Manacapuru/AM, de 1º a 04/10/2010.

III) Objetivo: Operação padrão de fiscalização, a fim de coibir o transporte irregular coletivos intermunicipais de passageiros, nas Eleições 2010, conforme Ofício n.º 049/2010-CFPE/TER/AM.

Gabinete do Diretor-Presidente da ARSAM, Manaus, 27 de setembro de 2010.

FÁBIO AUGUSTO ALHO DA COSTA
Diretor-Presidente

13568

SUHAB

Superintendência Estadual de Habitação

RESENHA DA PORTARIA Nº. 0079/10 - SUHAB

O Diretor Presidente da Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB no exercício de sua função, considerando o Processo nº. 139864/2010, Autoriza a liberação de um (01) adiantamento no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), nos termos da Lei n.º 9.648 de 27.05.98 e Decreto n.º 16.396 de 22.12.94 a servidora abaixo:

Nome: Carla Jeanne de Oliveira Melo.

Cargo: Agente Administrativo

Matrícula n.º 103.154-6 C

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO - SUHAB, em Manaus, 24 de setembro de 2010

SIDNEY ROBERTSON OLIVEIRA DE PAULA
Diretor-Presidente

13531

ÓRGÃO: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM

PORTARIA/IPAAM/P/Nº 148/2010

O Diretor-Presidente do INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Delegada nº 102, de 18 de Maio de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de credenciar servidores para o Quadro de Fiscais deste Instituto;

RESOLVE:

1. INCLUIR o nome da servidora, abaixo discriminada, na PORTARIA/IPAAM/P/N.º 114/2009, publicada no Diário Oficial em 31 de agosto de 2009, que designou servidores para comporem o quadro de fiscais do IPAAM.

N.º	SERVIDORES	MATRICULA
01	Maria Luziene da Silva Alves	199.023-3B

2. CREDENCIAR a servidora para exercer a fiscalização na forma das legislações mencionadas na Portaria acima citada.

3. FAZER vigor a presente Portaria a contar da presente data CIENTIFIQUE - SE, PUBLIQUE-SE, E CUMPRE-SE Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, em Manaus-AM, 22 de setembro de 2010.

GRACO DINIZ FREITAS
Diretor-Presidente do IPAAM

13530

Resenha de Autorização do Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas de que tratam o art. 4º do Decreto nº 26.337 de 12 de dezembro de 2006.

O Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições autoriza o (s) deslocamento (s) do (s) servidor (es) abaixo:

01. Nome e Cargo: Artemisia Souza do Valle - Anal. Ambiental Destino e Período: Fonte Boa-AM - 08 a 11/09/10.

Órgão de origem: IPAAM

Objetivo: Participar da II Reunião do Conselho gestor da RDS Mamirauá, no município de Fonte Boa.

02. Nome e Cargo: Edson Pinheiro Gomes - Analista Ambiental Destino e Período: Brasília-DF - 21 a 22/09/10.

Órgão de origem: IPAAM

Objetivo: Participar da Capacitação no Projeto Registro de Emissões e Transferência de Poluentes, no Ministério do Meio Ambiente em Brasília.

03. Nome e Cargo: Valdete Vieira de Souza - Motorista Destino e Período: Pres.Figueiredo-AM - 15 a 16/09/10.

Órgão de origem: IPAAM

Objetivo: Transportar técnica do Ipaam ao município.

04. Nome e Cargo: Jussara Pereira D. Araújo - Assist.Técnico Destino e Período: Manauquiri-AM - 22 a 24/09/10.

Órgão de origem: IPAAM

Objetivo: Realizar vistoria para fins de renovação de Licença de Operação no empreendimento CBE, no município.

05. Nome e Cargo: Silvana Pimentel de Oliveira - Anal. Amb. Destino e Período: Maués-AM - 17 a 18/08/10

Órgão de origem: IPAAM

Objetivo: Realizar vistoria na propriedade rural Fazenda Santa Helena, no município de Maués.

06. Nome e Cargo: Silvana Pimentel de Oliveira - Anal. Amb. Destino e Período: Iranduba-AM -25/08/10

Órgão de origem: IPAAM

Objetivo: Realizar vistoria na propriedade rural Granja Kenji Nishiki, no município de Iranduba.

07. Nome e Cargo: Silvana Pimentel de Oliveira - Anal. Amb. Destino e Período: Pres.Figueiredo-AM - 30 a 31/08/10

Órgão de origem: IPAAM

Objetivo: Realizar vistoria em propriedade localizada no Km 56 da rodovia 240, no município de Pres.Figueiredo.

Manaus, 24 de setembro de 2010.

SANDRA REGINA SOUZA DOS SANTOS
Gerente de Orçamento e Finanças, no exercício da Diretoria Adm. Financeira do IPAAM

13529

ÓRGÃO IDAM DATA 24/09/10

RESENHA Nº44/ 2010-GDP/IDAM

I-LICENÇAS MÉDICAS dos servidores do IDAM, nos períodos especificados abaixo.

NOME	PERÍODO	Qtd. DIA	ATEST. LAUDO
Adail do Nascimento Brazão	15 a 24/06/10	10	08994/2010